A MEMÓRIA DAS REVOLUÇÕES GAÚCHAS ATRAVÉS DE PERIÓDICOS DO SÉCULO XIX

THE MEMORY OF THE GAUCHO REVOLUTIONS THROUGH NINETEENTH-CENTURY PERIODICALS

Laísa Veroneze Bisol[1]
Luana Teixeira Porto[2]

RESUMO

Este trabalho objetiva verificar como as revoluções Farroupilha e Federalista, que ocorreram no Estado do Rio Grande do Sul, foram representadas nos jornais **O Povo** e **A Federação**, respectivamente. A partir de conceitos acerca dos processos de representação e, principalmente, sobre a constituição da memória, verificaremos como os periódicos publicados no século XIX, constroem as percepções em torno dessas duas revoluções vivenciadas nesse espaço geográfico. O aporte teórico está baseado, entre outros autores, em Ginzburg, Halbwachs, Nora e Rüdiger. A maneira como as informações são postas nos jornais corroboram com formação da memória social do seu tempo, embora a memória perpassada não difunda uma visão crítica sobre as guerras.

Palavras-chave: Jornais. Revoluções. Rio Grande do Sul. Representação. Memória.

ABSTRACT

*This paper aims to verify how the Farroupilha and Federalista revolutions, which occurred in the State of Rio Grande do Sul, were represented in the newspapers **O Povo** and **A Federação**, respectively. Based on concepts about the processes of representation, and especially on the constitution of memory, we will see how the periodicals published in the 19th century build the perceptions around these two revolutions experienced in this geographical space. The theoretical contribution is based, among others, in Ginzburg, Halbwachs, Nora and Rüdiger. The way the information is put in the newspapers corroborate with the formation of the social memory of its time, although the pervasive memory does not spread a critical vision on the wars.*

***Keywords**: Newspapers. Revolutions. Rio Grande do Sul. Representation. Memory*

1 Jornalista. Mestre em Letras - Literatura Comparada. Doutoranda em Letras - Estudos Literários. Professora Substituta do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM.

2 Graduada em Letras - Licenciatura Plena/Habilitação Português e Literaturas da Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestre em Letras - área de Concentração em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutora em Letras - Área de Concentração em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

A guerra e a violência fazem parte da história e do imaginário brasileiro, e uma das razões para isso é o fato de o país ter se constituído por meio de processos socais pautados em violência desde o período colonial. O Estado do Rio Grande do Sul tem sido protagonista brasileiro em relação a guerras, especialmente por ter vivido períodos marcados por revoluções. Por isso, temas como o da guerra e da violência são abordados amplamente nos diversos discursos ficcionais e não-ficcionais sobre a história e cultura gaúchas, como na pintura, na fotografia, no cinema e na literatura. São ainda postos em pauta como informação, enquanto factuais, pela narrativa jornalística. Tanto na contemporaneidade quanto no século XIX, a mídia informa sobre acontecimentos violentos e narra as situações de conflitos e, no Estado sulino, isso é identificado. São, hoje, os noticiários impressos da época documentos históricos que tornam possível o resgate de detalhes sobre os acontecimentos que marcaram dois eventos históricos importantes do Estado: a Revolução Farroupilha e a Revolução Federalista.

A Revolução Farroupilha, que iniciou em 1835 e terminou em 1845, foi deflagrada em função da insatisfação de fazendeiros do Rio Grande do Sul com medidas do governo imperial em relação a impostos sobre a venda de charque, principal produto da agropecuária do Estado na época. O alto preço da tributação do charque e o incentivo do governo brasileiro à importação do produto foram o estopim para que o grupo de estancieiros liderados por Bento Gonçalves planejassem o conflito e proclamassem a independência do Estado em relação às demais unidades da Federação, instituindo a República Rio-grandense. Estudos sobre a historiografia dessa guerra apresentam controvérsias sobre a intenção dos ativistas do movimento de Bento Gonçalves e debatem sobre a existência de um interesse separatista do movimento tal como aponta Eduardo Scheidt (2002) ao apresentar um panorama dos estudos e publicações da historiografia sobre o tema.

Já a Revolução Federalista ocorreu em 1893 e se estendeu até 1895, motivada por rivalidades entre federalistas e republicanos, dois grupos políticos que almejavam espaço de poder no Rio Grande do Sul nos primeiros anos da República. Um dos grupos era liderado por Júlio de Castilhos, que fazia sua campanha republicana amparada em idéias positivistas e centralização do governo; o outro era comandado por Gaspar Silveira Martins, que mostrava a seus aliados federalistas a necessidade de um governo descentralizado, contrário à forma de governar da República e, portanto, ao governo federal. Os federalistas defendiam também a revisão da Constituição da República. A luta entre os dois grupos demonstrou a falta de consenso sobre o governo da República recém instalada e foi marcada pela

adoção de práticas de violência com uso de facas e adagas. Segundo Sandra Pesavento, essa Revolução foi "caracterizada por atos de violência e barbárie de ambas as facções, a chamada 'Revolução da Degola" (PESAVENTO, 1983, p. 09).

Considerando isso e o fato de que esses dois eventos históricos são tratados como elementos da memória social e histórica do Rio Grande do Sul, tanto ao se analisar material artístico quanto ao se discutir material documental, pretendemos averiguar de que maneira os conteúdos divulgados nos jornais **O Povo** e **A Federação**, publicados no Rio Grande do Sul no século XIX,constroem as percepções acerca dessas duas revoluções vivenciadas nesse espaço geográfico. A partir disso, refletimos a respeito da memória histórica e social difundida nesses periódicos acerca desses dois eventos históricos.

1 Memória histórica e social

Ao refletir sobre revoluções e conflitos, cabe ressaltar a importância de estudá-los enquanto fatores indiscutivelmente presentes na história social e cultural do país e, conseqüentemente, do Rio Grande do Sul. Transpostos de forma ficcional ou não-ficcional é importante discutir a memória social formada com base em narrativas que se formam sobre esses eventos e o quanto elas determinam aquilo que precisa ser lembrado e como deve ser lembrado e aquilo que pode ser esquecido: "O que deve ser lembrado, o que deve ser lido?" (GINZBURG, 2012, p. 220), questiona Jaime Ginzburg ao comentar sobre a memória de eventos marcados por práticas de violência na história social brasileira.

As experiências históricas vivenciadas pelos brasileiros podem ser simplesmente relembradas ou podem provocar algum tipo de inquietação, na busca por transformar uma dada realidade ao buscar, pela lembrança, a compreensão do passado. Ao citar Richard, Ginzburg (2012, p. 221) afirma: "O passado é constantemente reinterpretado, em um trabalho sempre incompleto. A memória coletiva não é 'depósito fixo de significações inativas', consenso estabelecido à força, mas resultado de constantes reescritas de 'hipóteses e conjecturas'". Considerando a representação da história gaúcha, como nos referimos, cabe destacar a relevância dos processos de escrita e leitura de diferentes discursos, já que os fatos não são somente descritos, mas reinterpretados de acordo com cada um dos envolvidos neste processo.

Embora um fato histórico seja representado a fim de materializar a memória de determinados acontecimentos, diferentes perspectivas

podem tomar forma, uma vez que o passado une-se com as experiências atuais. Diante disso, Walter Benjamin (1994, p. 224) afirma que "articular historicamente o passado não significa conhecê-lo 'tal como ele de fato foi'. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de perigo". A memória sobre eventos passados é uma memória seletiva no sentido de ser resultado de uma forma de compreender o evento e apresentá-lo em um novo tempo e contexto.

A memória construída a partir daquilo que se tem como registro, portanto, não tem como ser unicamente individual. Ela perpassa, em maior medida, pela lembrança e construção dos envolvidos, desde a participação nos acontecimentos à transformação em narrativa e, sobretudo, naquilo que se constrói em sociedade para a formulação de identidades. A constituição da memória se dá, conforme Maurice Halbwachs (2006), a partir das nossas lembranças unidas à percepção do presente, e ele destaca que há duas formas de organização das lembranças, uma delas, centrada no próprio indivíduo com suas percepções, que seria a memória individual, e outra, inserida em uma sociedade, com idéias compartilhadas, configurando-se na memória coletiva. Ainda, "nossa impressão pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros" (2006, p. 29). Assim, a memória não se forma apenas acerca das lembranças e percepções individuais, mas a partir da união de diversas vozes que fazem parte da constituição de sentido.

O autor distingue dois tipos de memória, uma interior ou interna, que seria a pessoal, e a outra, exterior, configurada como memória social. Esta segunda se aproximaria da idéia de memória histórica, embora este autor não aprecie este termo, em função das diferenças entre história e memória, sendo a história, responsável pela compilação e arquivo dos fatos em si, cabendo à memória resguardar a seqüência dos acontecimentos e suas respectivas reflexões. À medida que consideramos que a memória pode ser exterior, entendemos que nem todas as recordações advêm de vivências particulares, podendo, conforme as idéias do autor, ser transmitidas através de outrem, por meio de testemunhos ou de acontecimentos evidenciados através de jornais, livros ou outros elementos que contribuem para a memória de muitas pessoas, ainda que não tenham vivenciado as situações, mas souberam a partir destes dados.

O autor discute a relação história e memória, considerando a primeira um dos meios possíveis para chegar à construção da memória dos indivíduos. Conforme Nora, "O nascimento de uma preocupação historiográfica é a história que se empenha em emboscar em si mesma o que não é ela própria, descobrindo-se como vítima da memória e fazendo um esforço

para se livrar dela" (NORA, 1993, p. 10). Neste sentido, o estudioso acredita que, embora conceitualmente história e memória sejam diferentes, elas se entrelaçam à medida que a história se encarrega de executar uma função na memória social, resgatando acontecimentos e, portanto, contribuindo para a constituição destas lembranças. A partir destas conceituações, buscaremos compreender como o discurso jornalístico daquele século possibilita hoje conhecer a história e construir uma memória referente às revoluções.

2 Discurso jornalístico sobre as revoluções Farroupilha e Federalista: observações sobre os jornais *O Povo* e A Federação

O início da imprensa escrita no Brasil se deu justamente no século em que aconteceram as duas guerras que investigamos neste trabalho. A imprensa escrita chegou ao Brasil em 1808, e só em 1827 tomou forma no estado gaúcho, através do jornal **O Diário de Porto Alegre**. Esta origem está atrelada à Revolução Farroupilha, já que neste período se articulavam idéias a respeito e o presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Salvador José Maciel, era um dos patrocinadores do periódico lançado. Conforme o estudioso da história do jornalismo no Rio Grande do Sul, Francisco Rüdiger (1993), os jornais tiveram grande influência nesta época. Para esse crítico, os periódicos tinham a predominante função de difundir ideologias, e circunstância política ditava o nascimento de jornais, bem como sua continuação e fechamento[3]. Neste contexto de produção jornalística, nasceu a imprensa sul-rio-grandense, já com vistas à divulgação dos acontecimentos pré-revolução dos farrapos e marcada por "personagens" que, segundo Rüdiger (1993), compreenderam as demandas políticas e passaram a difundi-las por meio dos periódicos, embora, por restringirem sua função mais à direção dos jornais, não tinham total preocupação com os conteúdos que transmitiam.

Deflagrada a Revolução Farroupilha, alguns jornais findaram-se e outros surgiram, como **O Povo**. Neste jornal, conforme Sodré (1999), as páginas apresentavam as escabrosidades da revolução, noticiando sobre o que ocorria do litoral à campanha, estendendo-se ainda de Porto Alegre a Piratini (município onde surgiu o jornal) e desde ali até Caçapava, sendo

3 É importante destacar ainda que a imprensa no Rio Grande do Sul surge para o público alinhado a valores de partidos políticos (que subsidiavam as publicações), o que não corresponde à totalidade da população da época, haja vista que existiam os sujeitos analfabetos e aqueles que não aderiam a grupos políticos embora pudessem ser leitores de jornal. Somente a partir da década de 1860 surge o jornal caracterizado como uma "empresa jornalística", com definição de setores específicos de publicação e mais alinhado ao tipo de jornal produzido no centro do país.

instrumento de grande colaboração histórica, assim como outros jornais.

A imprensa teve seguimento no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX e é caracterizada por Rüdiger (1993) como uma publicação político-partidária, surgida em um momento em que surgiram os pasquins e que a imprensa passou a ser um problema para o governo. Se os tipógrafos, donos dos jornais, passaram a conquistar cargos na política, podemos compreender que aquilo que era escrito nos jornais deste período tinham interesses para além do governo enquanto situação, além de oposições e muito mais à frente da informação por si só. As idéias em destaque nos impressos poderiam estar voltadas aos interesses particulares e políticos de seus proprietários.

Os partidos passaram a se encarregar de criar suas próprias empresas e lançar novos jornais, conforme explica Rüdiger (1993), e os políticos passaram a ocupar os lugares dos tipógrafos no comando das redações. Assim a imprensa começou a ser vista e formada justamente enquanto empresa, já com fins comerciais. A partir de 1860, os setores agrícola e comercial se desenvolvem fomentando crescimento econômico e demográfico, possibilitando o surgimento de indústrias e a modernização do estado rio-grandense e favorecendo o desenvolvimento da imprensa. Os jornais foram incorporando tecnologias que aprimoraram, inclusive, a qualidade gráfica e o número de tiragem, já que houve evolução no processo de entrega do correio e melhoria nas estradas.

Para Rüdiger (1993, p. 31), "a folha que pontificou não apenas na imprensa republicana, mas no próprio panorama do jornalismo político -partidário rio-grandense foi *A Federação*". Ele afirma ainda que este jornal, lançado em 1884, teve um "significativo papel na articulação do movimento republicano da Província, assumindo desde o princípio o cunho de órgão de combate e propaganda" (1993, p. 31). A diretoria de **A Federação** foi destinada a Júlio de Castilhos, que foi o responsável pela criação de novas concepções no jornalismo e especialmente "[d]o conceito prático de que a imprensa não precisa limitar-se a registrar os acontecimentos políticos, pois que pode modificar seu curso" (RÜDIGER, 1993, p. 31).

O jornal **O Povo** circulou no Rio Grande do Sul de 1838 a 1840 com publicações baseadas quase que exclusivamente nos fatos da Revolução Farroupilha, ocorrida no Estado gaúcho de 1835 a 1845. Esse periódico é, entre outros, um documento importante na representação deste período histórico, o que atesta sua representatividade histórica por estar inserido em um espaço de tempo que perfaz o que seria a metade da guerra dos farrapos. Foram publicados 160 exemplares**,** sendo 45 lançados quando a produção do jornal era em Piratini e os demais já no município de Caçapa-

va, quando a sede do Governo se transferiu para aquele local.

As páginas de **O Povo** apresentam um jornalismo diferente do que temos conhecimento na atualidade. Os textos não apresentam um padrão de objetividade nem *lead*[4] como um pilar, porque o discurso deste periódico não parece querer simplesmente transmitir fatos ao leitor, mas, sim, proporcionar toda uma reflexão acerca daquilo que é apresentado. O jornal é opinativo e não se pretende ser diferente, já que, em todas as edições, antes de iniciarem os textos, podemos ler, além da data, do nome e do Slogan: Jornal político, literário e ministerial da República Rio-grandense – o que já o emoldura em uma linha discursiva –,a informação: "Este Periodico he propriedade do Governo".

Imagem 1 – Primeira edição do jornal O POVO

N. 1. PIRATINI, SABBADO 1 DE SETEMBRO DE 1838. V. 1.

O POVO.

JORNAL POLITICO, LITTERARIO, E MINISTERIAL DA REPUBLICA RIO GRANDENSE.

PROSPECTO.

Fonte: **O Povo**, 1º set. 1838, em exemplar disponível no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria[5]

4 Expressão jornalística para denominar o modo como se iniciam os textos noticiosos. É o ato de responder, objetivamente, às questões: o quê, quem, como, quando, onde e por que.

5 As imagens dos textos dos jornais que são expostas neste texto são reproduções fotográficas

O discurso de **O Povo** é construído, principalmente, através de seções que se intitulam manifestos, com opiniões do governo ou outros articulistas convidados, comunicados, notícias, com textos que vangloriam feitos gaúchos, além de portarias, poesias, sonetos, pensamentos, correspondências, atas, ofícios, e informes como, por exemplo, as listas atualizadas dos oficiais do exército. Em todas as publicações, há um espaço destinado à frase: "O poder que dirige a revolução, tem que preparar os animos dos Cidadaós aos Sentimentos de fraternidade, de modéstia, de igualdade e desinteressado e ardente amor da Patria. Joven Italia. Vol. V."

A frase de abertura do jornal é citada logo no início do primeiro texto publicado, em 1º de setembro de 1838, sob o título de "Prospecto", sendo argumento sobre as motivações que guiarão a redação do periódico. Na seqüência, o redator se propõe a explicar a expressão utilizada:

> Devemos nos identificar o poder que rege a guerra, e tentar todos os meios lícitos para lhe adquirir maior probabilidade de huma decisiva victoria. Procurar com todas as nossas forças propagar entre o Povo doutrinas essencialmente democraticas, sendo aquellas das quaes depende a salvação, e a felicidade da Republica. Tal he a missão que a nossa consciencia imperiosamente nos ordena nas circunstancias. Quem se propor á outro fito além deste, teria a nosso ver, mal concebido o espírito de huma guerra de insurreiçáo. A oposição aos atos do Governo, quando o Governo he consolidado, e os regulamentos da paz substituídos aos Decretos da guerra; quando cada cousa tem que reger-se pela soberana vontade do Povo, então náo sómente he util, mas torna-se necessaria para advertir a Naçáo, ou das usurpaçóes do poder, ou da incapacidade dos governantes, a fim de que Ella possa promover, e obstar males, de que está ameaçada; mas quando se tenta destruir os obstaculos que embaraçáo o fim da revolução, e se considera que para vencer o inimigo he necessária huma extrema vigilancia, huma atividade incansavel, e huma celeridade extraordinaria áfim de conhecer-se seus movimentos; dar providencias as necessidades que disto se seguem, e vigiar promptamente, e em tempo sua execução. (O POVO, 1838, ed 1, p. 1).

Neste trecho fica claro o anseio do governo e, conseqüentemente, do periódico que o representa, na busca pela vitória da revolução, que poderá chegar através de muitas lutas. Ao passo em que aborda a questão da

de edições dos periódicos que estão sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

democracia como valor regente do governo, a matéria explicita a necessidade de todos estarem a favor daqueles que estão no poder. Embora pregue a democracia, o discurso deste primeiro texto do periódico atribui valor positivo apenas aos que estão em concordância com o governo vigente, levando ao leitor as idéias sobre como agir diante da guerra instaurada. O fragmento expõe um texto jornalístico comprometido com os valores do grupo político que governava o Estado na época.

O texto da abertura do jornal **O Povo** demonstra o ideal de guerra justificável. Embora haja mortes e outras atrocidades decorrentes de batalhas, há um objetivo maior para que tudo aconteça. O texto apresenta, inclusive, a idéia de guerra santa, de Deus abençoando e concedendo benefícios àqueles que de fato lutam, utilizando as armas adequadamente quando em benefício de uma questão. Cabe refletirmos, hoje, de que maneira, a utilização de uma arma, com a finalidade de destruição, pode ser considerada uma maneira de elevar a santidade. Na época, período em que os conflitos eram justificados e naturalizados como forma de alcance de ideais e conquistas, o uso de armas não assumia a contrariedade que detém na atualidade, o que justifica, para o tempo anterior, a associação da arma à santidade, ao poder de solução de conflito. A ausência de vozes que questionam, no jornal, essa prerrogativa do uso da arma mostra que outrora sua adoção não era motivo de objeção.

Na segunda edição de **O Povo**, publicada em 05 de setembro de 1838, o periódico apresenta como primeiro texto o título "Manifesto - do Presidente da República Rio-Grandense em Nome de seus Constituintes", artigo que seguirá em continuidade por mais duas edições – no sábado, 08, e na quarta-feira, 12. Neste primeiro, vemos a ideia de tornar o Rio Grande do Sul independente do restante do país: "Desligado o Povo Rio-Grandense da Communháo Brasileira reassume todos os direitos da primitiva liberdade; usa destes direitos imprescriptiveis, constituindo-se Republica Independente [...]" (O POVO, 1838, ed. 2, p. 1). O ideal de liberdade está presente neste trecho do discurso, mas, em praticamente todas as edições do jornal, endossa o objetivo do governo gaúcho e a justificativa da guerra. São utilizadas, ainda, expressões positivas para caracterizar o estado sulino, como "bom senso", "amor da ordem", "moderação que causa inveja e admiração ao Brasil". Estes fatores podem ser atribuídos a constante preocupação em exaltar o território, reforçando a imagem rio-grandense enquanto causadora de orgulho para os habitantes deste local que devem segundo esta perspectiva, seguir lutando pela terra. Se o orgulho perfaz esta ligação de Estado superior, que pode ser melhor separado do restante do país, que possui heróis dispostos a lutar por esta terra, então, mais uma vez a ideia de modéstia se desconstitui.

No jornal **O Povo,** eram veiculadas algumas informações referentes às batalhas que faziam parte da guerra. Contudo, o viés destas informações sempre permeia a exaltação do estado do Rio Grande do Sul, seja criticando os imperiais pelos atos violentos cometidos contra os republicanos, seja pela vitória sobre os inimigos, como fica claro no texto intitulado "Pedras Brancas", publicado em 22 de setembro de 1838:

> O inimigo depois da inutil tentativa de surpresa feita ao Tenente Coronel Fortunato Brandaó, querendo effituar a sua retirada, foi novamente acommettido nas imediações do Passo do Ribeiro pelo Capitaò José do Amaral Ferrador [...]. A escaramuça foi bastante renhida, e nos fisemos a perda de alguns homens; porem elle alem de dez feridos inclusive o famigerado Francisco Pedro de Abreu, deixou tres mortos sobreo campo, e o subalterno Theodoro José da Costa em nosso poder. (O POVO, 1838, ed. 6, p. 4).

A notícia apresenta uma das vitórias dos soldados do Rio Grande do Sul. A morte de alguns dos combatentes é encarada como algo natural – e na realidade é mesmo inerente à guerra –, entretanto, neste texto não há nenhuma referência saudosa às vidas que se perdem, há, apenas, um "porém", relatando que, embora alguns soldados tenham morrido, foram deixados inimigos feridos e mortos, além de um presidiário, fato que vem para justificar as mortes do lado republicano, sendo atribuída à batalha valores vantajosos. Na época da publicação do jornal, morrer na guerra ou morrer em virtude de algum ato de violência era algo comum e próximo àquilo que era vivenciado no cotidiano, por exemplo, em fazendas eram freqüentes os conflitos entre vizinhos por disputa de gado e não raro o uso de facas e de força física na luta corporal provocava morte entre os inimigos em combate.

Na publicação de 5 de dezembro desse ano, há uma seção "Exterior: O Nacional Monte Video, Novembro 11 de 1838. Introduçaó", em que aparece o artigo "Paz domestica", no qual os autores, caracterizados por possuírem os "mais puros, e ardentes dezejos", apresentam a ideia de que vale a pena a "peleia", que não se constrói apenas pelo "prazer de pelejar: elle naó possue este prazer só próprio dos Caribes: elle naó derrama o sangue de seus filhos sem huma dor intensa: elle não se sacrifica sem hum fito nobre, e elevado." (O POVO, 1838, ed. 28, p. 1). Para eles, "Peleja e sacrifica-se por sua Liberdade, por sua Soberania, por sua dignidade, e por sua gloria [...]." (O POVO, 1838, ed. 28, p. 1), alusão à ideologia política que sustenta a guerra e que põem em destaque a honra de guerrear para "salvar" uma causa coletiva.

Trata-se da reprodução de um discurso que vangloria a República Rio-grandense, e o faz através da citação de feitos considerados heróicos através de lutas. A liberdade é exaltada como motivo para guerrear e o fragmento apresentado enfatiza a idéia do orgulho não somente de pertencimento ao solo gaúcho, mas a glória pessoal em derramar sangue e sacrificar-se por um ideal. O conceito de dignidade humana, que seria o mérito do que é correto, e unida à questão da integridade, aparece neste texto jornalístico a partir de um outro fundamento, estando diretamente ligada à questão da guerra. Digno seria, na perspectiva deste jornal, aquele que está pronto a combater o inimigo e lutar por sua terra, independentemente do que seja preciso fazer para isso, já que, quando o sangue é derramado por um ideal maior, o fato se justifica, ainda que seja necessário sofrer, é o que sugere o texto.

E sobre o sofrimento, Bento Gonçalves se pronuncia na edição de 09 de janeiro de 1839 de **O Povo,** quando escreve a respeito da mudança do governo para o município de Caçapava: "Rio Grandenses! Nossa Posiçaó ainda he melindroza porem hum pouco de soffrimento mais, e o Continente será livre , a Patria será salva. – Viva a Naçaó Rio-Grandense! – Vivaó os briozoz defensores da Liberdade!" (O POVO, 1838, ed. 38, p. 1). O anúncio é motivacional, estimulando a esperança, a alegria de pertencimento que será ainda maior após um pouco mais de esperas e angústias, é como se a felicidade tão almejada fosse possível somente atrelada ao sofrimento mencionado, que é, inclusive, originário da guerra.

Em 06 de março de 1839, **O Povo** começa a circular a partir de Caçapava, e abaixo do slogan que o identifica traz ainda as palavras: Liberdade, Igualdade e Humanidade. Agora o ideal de liberdade está impresso em cada uma das edições do periódico, assim como "humanidade". Através do discurso adotado pelo jornal, identificamos que, ao menos pela representação discursiva, ansiava-se por esta humanização:

> Ufanos de nossa calculada inacçaó os Imperiaes haviaó adoptado hum plano de campanha que muito convinha aos sentimentos de Humanidade que nos dirigem mesmo na terrivel necessidade da guerra. Ja effetuado nos pouparia o desgosto de sermos obrigados a acometter cidades que abrigaó todavia Rio-Grandenses que amamos. Porem se continuassemos a conservar nos taó perto de suas posições, o Presidente Eliziario nunca se animaria á avançar. (O POVO, 1839, ed. 46, p. 2).

Embora o texto traga a humanização enquanto desejo e caracterize a guerra enquanto "terrível necessidade", deixa evidente que o humano se

volta apenas para aqueles que estão a favor dos ideais do governo e, como conseqüência, deste periódico, já que a melancolia se dá pela obrigação de invadir locais onde existem homens do Rio Grande do Sul, entretanto, para que se cumpram os objetivos, esta é uma angústia que se faz tão necessária quanto a guerra que se estabelece.

A exaltação ao povo sul-rio-grandense é intensa no periódico, inclusive outros articulistas, de fora do país, parecem incluir-se neste espírito. Um exemplo disso aparece na edição de 24 de agosto de 1839, em que se veicula um texto na seção "Exterior", vindo de Montevidéu. Nele, o redator exalta os gaúchos pela forma como lutam na guerra:

> Recordando os fatos da Republica Rio-Grandense, durante os quatro annos de luta, naó se pode deixar de admirar a constante moderaçaó e generosidade, com que os Republicanos se portaráo sempre com seus inimigos vencidos. Fortes com seus direitos, e com a maioria de votos de seus concidadãos, elles desdenharão sempre valer se daquelles meios extremos, que nas revoluções se fazem com horror das almas senciveis; mas que huma lei fatal empoem como deveres. Valerozos nas batalhas, generosos e humanos no enthuziasmo da victoria, como aquelles que peleijáo, não contra homens seus semelhantes, se naó contra os instrumentos da tyrania huma vez que estes já naó existem, naó vem nos vencidos mais qoe a seus irmãos, a quem perdoando huma culpa da qual outros são responsaveis, os devolvendo ao seio de suas famílias; naó exigindo delles se náo sua palavra de honra de naó tornarem a impunhar as armas contra a Republica durante a presente guerra com o imperio. (O POVO, 1839, ed. 95, p. 2).

Pelo conteúdo desta reprodução enquanto informação poderíamos, talvez, encontrar algumas respostas no que diz respeito à valoração do povo gaúcho, já que são apresentados como bons, humanos, soldados que acreditam na palavra dos inimigos antes de impor-lhes as armas e que se utilizam-se de meios mais amenos nas batalhas. Mas é preciso considerar o discurso enquanto reafirmação de uma idéia a ser transmitida, primeiro, porque é preciso que, através do que é dito, se forme ou se consolide determinada ideologia, embora não se saiba como, de fato, agiam aqueles que lutavam. Ainda é possível questionarmos de que maneira, em um conflito de guerra, um soldado possa matar o seu oponente de uma maneira menos agressiva e, após isso, com sensibilidade, moderação e generosidade, comemorar vitórias, comemorar que o lado oposto conta com mais mortos do que o grupo vencedor.

Predominantemente, o que se publicava em **O Povo** eram artigos tendenciosos, com viés político e revolucionário. Contudo, na década de 1840 começaram a surgir outras matérias, como artigos econômicos e dicas sobre agricultura. Surgiu a coluna "Variedades", seção sempre bastante sucinta, com assuntos diversos, muitas vezes sobre religiosidade. Há ainda, espaço para rir, como uma espécie de piada, intitulada "Anedocta interessante". Mas esses textos diferenciados, em termos de gênero, não modificaram o foco do periódico, que seguiu publicando os boletins em predominância. Da mesma forma, neste último período de Revolução, o discurso não parece abalar-se, permanecendo o mesmo viés de escrita que notamos anteriormente, conforme podemos observar no 10º boletim de Caçapava: "desejo do roubo e do sangue, de que saó os sedentos consistiu a hum grumpo de cerca de cento e cincoenta salteadores capeteneado pelo facínora Juca Cypriano [...] (O POVO, 1840, ed. 154, p. 1). O trecho, que se refere aos soldados da oposição, apresenta-se, como de costume, lotado de expressões que diminuem a imagem dos adversários perante os leitores. O mesmo ocorre no artigo do major – chefe geral da Polícia, Antonio Vicente da Fontoura em 08 de abril de 1840, quando o líder, além de menosprezar o oponente, exalta a terra e os feitos dos lutadores do Rio Grande ao destacar "Gloria dos valentes que de todos os Angulos da Republica acodem persupezos ao combate [...] Ao combate, a gloria voemos; guerra, e morte aos tyrannos escravos! Guerra, e Guerra, para depois termos paz. Viva a Naçaó Rio-Grandense ! [...]" (O POVO, 1840, ed. 152, p. 4).

Além das constatações citadas, acerca do modo como se idolatra a terra, já que o policial refere-se a esta como sagrada, e dos soldados gaúchos, já que os caracteriza como valentes, destinando glória a eles, neste fragmento do artigo fica evidente a situação de guerra enquanto primordial para a existência da paz, que deve ser merecida, após os eventos conflituosos. Além disso, o chefe da polícia dá "viva" à nação, da mesma forma como ocorreu em outras manifestações ao longo do jornal, como forma de veneração ao Estado e de estímulo para a comunidade sulina.

Uma vez analisados alguns dos textos publicados no jornal **O Povo**, constatamos que o periódico estava em conformidade com o estilo de publicações da época, uma vez que, segundo Barbosa (2010), naquele tempo o jornalismo era unicamente de opinião, como ocorre neste impresso que verificamos, já que o discurso é parcial e eleva, em todas as edições, a questão do orgulho pelo Estado gaúcho e, ainda, o apoio ao governo rio-grandense. Mais do que isso, o impresso em questão visa a instruir a população, já que as matérias são escritas quase sempre munidas de reflexões e, inclusive, orientações aos leitores, confirmando o que é descrito na primeira edição do próprio jornal, que o redator deveria assumir um papel de educador e

até mesmo, de sacerdócio. Mas podemos verificar qual o pensamento que se promovia, ou buscava promover, a partir destas verdades transmitidas por este veículo de comunicação

Se os jornais surgiam para difundir ideologias, acontecimentos políticos e informações de guerra, **O Povo** cumpriu este papel, utilizando-se mais da política do que dos conceitos jornalísticos para veicular as informações, conforme nos apresenta Rüdiger (1993). De leitura não muito facilitada, pelas falhas na impressão e pelo modo como as palavras eram escritas naquele período, o jornal assumia características literárias em sua linguagem, bem como explicou Sodré (1999), mas foi pautado quase que exclusivamente pelos acontecimentos da Revolução Farroupilha, confirmando sua importância no entendimento circunstancial daquele período.

Uma vez desenvolvidas as reflexões acerca do modo como a Revolução Farroupilha foi representada através das páginas de **O Povo**, abordaremos como o discurso representativo se construiu décadas depois, quando **A Federação** circulou no Estado para informar a respeito da Revolução Federalista.

Imagem 2 – Jornal A Federação

Fonte: **A Federação**, 1895, em exemplar disponível no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria

A Federação foi um jornal diário editado em Porto Alegre e veiculado de 1884 a 1937, inicialmente era formatado para divulgar as idéias do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), sendo que, a partir da década de 30, do século XX, tornou-se Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. A fim de analisarmos o modo como a Revolução Federalista foi representada através do discurso jornalístico desenvolvido por este periódico, verificaremos edições publicadas entre 1893 e 1895, período em que a guerra

foi estabelecida no Rio Grande do Sul, alastrando-se pelo restante do país. Neste recorte de tempo, o jornal trouxe sempre abaixo do seu nome o *slogan* "Orgam do Partido Republicano", já deixando claro o posicionamento adotado nos textos veiculados através deste veículo impresso de comunicação. A propriedade do jornal esteve no nome de Eduardo Marques, sendo o responsável pelo noticiário, João Maia e o diretor de redação Pedro Moacyr. Em 1895, o cargo de diretor de redação passa a ser de Pinto da Rocha.

Em 1893, já se passaram cinco décadas desde as últimas publicações de **O Povo**, há, portanto, modificações consideráveis no modo de fazer jornalístico desta época, ainda que alguns aspectos continuem sendo semelhantes entre os dois periódicos, conforme poderemos verificar ao findar desta análise. Em **A Federação**, há uma variedade maior de seções, com informações sobre diversos assuntos e não somente de cunho político, embora este prevaleça, junto com as publicações a respeito da guerra. Entretanto, há notícias sobre municípios, religião, acidentes, situações do cotidiano e outras. Confirmando o caráter mais comercial que aparece nos jornais ao final do século XIX, **A Federação** possui um largo espaço voltado à publicidade, com diferentes anúncios de compra e venda de serviços e produtos, muitas destas publicações em formato de "Classificados", embora sem esta dominação, mas bem como conhecemos nos jornais publicados hoje. Além disso, há espaços destinados a declarações oficiais, seção livre, editais, avisos marítimos, leilões, telégrafos, nomeações do exército, agradecimentos, registros mortuários (inclusive sobre suicídios), notas da polícia, além de outras seções esporádicas. Os Folhetins estão presentes nas páginas de **A Federação**, na maioria das vezes com histórias sobre romances e casamentos, com narrativas fictícias, notadamente construídas para o público feminino, e que não terminam em uma edição, mas têm seguimento nas próximas, até concluir o enredo e iniciar uma nova narrativa.

Mas as principais, mais longas e elaboradas matérias sempre ocupam a primeira página do jornal, algumas vezes tendo continuidade na lauda seguinte. Sob o título "Ordem do dia", seguem textos, normalmente com informações acerca da Revolução Federalista. Além disso, manchetes com expressões, como "combate", "horrores" e "vitória", são encontradas ao longo do impresso, que apresenta fatos políticos e de guerra, muitas vezes, em mais de um discurso em uma mesma edição.

Iniciamos a análise por uma das "Ordens do dia", publicada em 1º de abril de 1893, no jornal **A Federação**. O texto aparece com uma introdução em que o redator explica que, ao chegar à cidade de Bagé, uma expedição republicana que foi levantar o cerco diante dos federalistas na ocasião em que o general da Brigada, João Baptista da Silva Telles, enviou informações

acerca dos acontecimentos e exaltando os feitos dos soldados:

> Me é grato cumprir agora o dever de louvar as forças pela ordem, disciplina e moralidade que souberam manter durante todo o tempo da expedição, tornando-se dignas de apreço público, pela comprehensão exacta dos seus deveres, revelada sobejamente n'esses dias de marcha, durante os quaes tive occasião de observar o civismo, a abnegação e a boa vontade com que todos se prestam agora ao serviço da Patria, esforçando-se pelo restabelecimento da ordem publica n'este Estado, perversamente perturbada pelo intuito ignóbil dos inimigos, de esphacelal-a por meio dos crimes e das crueldades que têm commettido com maior desplante, tornando-se por isso merecedores do desprezo da Republica e da maldicção do povo. (A FEDERAÇÃO, 1893, ed. 75, p.1).

A fim de vangloriar ainda mais aqueles que lutaram a favor dos republicanos, o narrador cita os nomes de diversos deles. No trecho, notamos que se há, por parte da população daquele período, a idéia de que os representantes nas batalhas eram heróis, existe um discurso que preserva e difunde esta imagem. O general refere-se aos soldados como exemplos de grandes homens, atribuindo-lhes características positivas e apresentando-os como verdadeiros representantes do povo, já que lutam por ele. O discurso apresentado ainda parece instigar a revolta contra os inimigos, através do desejo de maldição e a mensagem explícita de que é preciso desprezar aqueles que têm idéias contrárias ao governo ao qual o jornal representa.

Há, nesta edição, outra matéria intitulada "Horrores inauditos", que apresenta fatos violentos, mas identificando as pessoas que foram acometidas. Este terceiro texto trata a respeito de notícias acerca de atentados dos federalistas no sul do Estado, provendo uma sucessão de descrição das formas das mortes violentas, como no trecho "Inocentes creanças de 5 annos degolladas, mães de familia violentadas sucessivamente por magotes de vinte e mais sicários" e do saldo da ação truculenta: "depois de saciados os seus bestiaes transportes, deixam suas victimas immoladas, dísticos insultuosos nas paredes das casas, nos quaes a sanha feroz dos monstros extravasa em torpes insultos todo o fel e lama de suas almas". (A FEDERAÇÃO, 1893, ed. 75, p.1). O texto indica saques e devastação em casas invadidas pelos militantes.

Este fragmento não demonstra somente a repulsa aos federalistas, como nos informa, muito diretamente, a respeito da guerra: são crianças mortas, mulheres violentadas, casas destruídas e saqueadas. Esse é o legado de uma Revolução, que, independentemente de quem ataca mais ou

menos, deixou, ao seu final, 10 mil mortos, não somente em batalhas, mas em situações como as apresentadas no discurso de **A Federação.** Em nome de uma ideia, os representantes de cada um dos lados cometem atrocidades, que pouco são consideradas pelo discurso jornalístico em termos de sofrimento humano, o que se sobressai, nos textos apresentados, é a busca por culpados, com o intuito de denegrir a imagem do inimigo, mais do que promover sensibilização em torno do que as famílias precisam suportar. Tal observação permite compreender que o jornal propunha uma memória da revolução com base no olhar daqueles que buscavam vencer a guerra e não um questionamento sobre as ações violentas e formas de combate.

A violência da guerra acaba sendo tratado como algo natural para a época, tanto que sabedores de todos esses fatos e com tantas famílias destruídas, há comemorações quando uma batalha é vencida, mesmo que haja outros tantos feridos e mortos. Este aspecto pode ser visualizado na matéria "Viva a Republica!", veiculada na edição de **A Federação** com data de 06 de maio de 1893. O texto relata a vitória dos republicanos na batalha ocorrida em Inhanduí: "Eis-nos vencedores! As armas republicanas em operações contra a invasão *federalista*, estão cobertas de louros e mergulhadas na mais sagrada das alegrias! [...]" (A FEDERAÇÃO, 1893, ed. 103, p. 1). O discurso refere-se a uma comemoração alegre a partir de uma vitória que se deu através de armas, texto publicado no mesmo jornal que há pouco mais de um mês tinha criticado o modo violento como os inimigos haviam procedido. Na mesma matéria, verificamos o seguinte trecho:

> Tres annos de lutas heroicas, pacientes, sublimes, inexprimiveis! Tres annos de promptidão ao lado do estandarte da Republica, para não deixal-a morrer nas mãos dos velhos aventureiros [...] tres annos, aggravados pela ultima e recente crise da violação barbara de nosso territorio por extrangeiros e renegados, pela deshonra das familias riograndenses [...] tres annos gloriosos [...] garantindo a Republica, salvando a Patria, resgatando a dignidade e as tradições do legendario Rio Grande! [...]. Era preciso lutar até vencer ou morrer, era preciso esquecer familia, interesses, casa, commodidade se pegar em armas para repelir o extrangeiro e os renegados. A invasão *federalista* nos encontrou promptos a vencer pela Republica ou morrer com ella. (A FEDERAÇÃO, 1893, ed. 103 p. 1).

O modo como as palavras são dispostas e os argumentos se constroem parecem não se tratar de discurso jornalístico. Muito pouco há em termos de informação no fragmento que lemos, o que se apresenta, são

frases munidas de ideologias, de orgulho, de felicidade advinda de uma vitória. Mais uma vez o grupo republicano é tratado como heróico, e o texto indica faltarem adjetivos para caracterizar o quanto as lutas foram significativas ao passo que o redator as menciona como "inexprimíveis". Enquanto a guerra se passa e muitas são as degradações em função dela, os anos em que a Revolução acontece são descritos como gloriosos. Onde estaria a glória para as pessoas que perderam seus pertences, suas casas e, principalmente, pessoas da família? A resposta a esta interrogação é posta no discurso. Para o partido republicano e o jornal que o representa, a glória está no resguardo das tradições gaúchas, é como se os anseios de mudança dos representantes do federalismo atingissem o orgulho pelo território.

O trecho ainda trata a respeito de vida e morte, da necessidade de *esquecer* a família em favor das armas, das lutas, a fim de afastar os manifestantes, e apresenta como valor fundamental esta terra, já que há duas opções, vencer para salvá-la ou preferir morrer em nome dela. Isso permite uma releitura hoje, entendendo que a família, a casa e outros fatores importantes eram deixados em segundo plano. Caberia questionarmos quais os motivos destas paixões tão intensas em favor das lutas e da terra gaúcha. Uma possível resposta talvez esteja justamente nos constantes e repetidos discursos apresentando o heroísmo daqueles que lutam por ela, textos que difundem idéias e pautam as rodas de conversa nos mais diferentes locais, conforme podemos verificar quando apresentamos o modo como se dava o jornalismo naquele século.

A Revolução Federalista seguiu até agosto de 1895, ano em que **A Federação** começa a publicar inúmeros informativos do Senado e, no mês de julho, as matérias, anúncios, boletins, são quase que exclusivamente fazendo referência à morte de Floriano Peixoto. Em 29 de agosto, com a Revolução já encerrada, **A Federação** publica um texto com o título "Em nome da lei", divulgando que a paz está instituída no Rio Grande do Sul e que o governo acabara de proclamá-la através de uma mensagem direcionada ao Congresso, remetendo documentos referentes às negociações.

> Está feita a paz. A nação inteira festeja o magno evento, e a alma republicana enche-se de patrioticos júbilos, máxime depois que o governo trouxe ao reconhecimento da Nação a maneira correcta, altiva, nobre e patriótica porque chegou á almejada solução victoriosa. [...] A paz, - precisamos repetir sempre, em homenagem á verdade histórica, à fé republicana, á memoria dos gloriosos mortos nas renhidas pelejas pela Republica e cuja lembrança opprime de saudades as expansões festicas, - não foi a consequencia de um convenio de egual para egual, ou um tripudio sobre os sacrificios feitos e sobre os manes dos combatentes. Oh! Nunca! A paz

> foi a consequencia natural do insucesso dos rebeldes, levados, de derrota em derrota, pelo heroismo de todos os defensores da Republica. Si ha vergonhas n'ella façam-se as necessarias distinções e a vergonha será para aquelles que promoveram a lucta, não para os que a debellaram e venceram, sagrados hoje pela gratidão nacional. (A FEDERAÇÃO, 1895, ed. 204, p. 1).

O jornal celebra a paz que se está estabelecida, porém sem o entusiasmo com que, por exemplo, anunciavam as vitórias diante de batalhas contra os inimigos, que rendiam até comemorações coletivas. A paz e a vitória da guerra são atribuídas, ainda, àqueles que morreram em prol deste objetivo. Mais uma vez, o heroísmo daqueles que defenderam a República é exaltado, em um contexto marcado pela derrota dos inimigos, concretizada, justamente, pelas mortes e destruições, os heróis, portanto, são os causadores deste contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises de textos de **A Federação**, compreendemos alguns fatores importantes na identificação da maneira como as representações se estabeleciam através do discurso daquele periódico. Inicialmente, consideramos as ponderações de Barbosa (2010) e Rüdiger (1993), acerca do modo como os jornais se modernizaram na segunda metade do século XIX. Especialmente comparando com **O Povo**, notamos que o jornal da Revolução Federalista já é diário, não bissemanal como o de 35, e que a qualidade gráfica é superior, tornando o processo de leitura de acesso mais facilitado. O modo de escrita já é bem diferente, com as palavras dispostas de uma maneira mais clara e concisa e um cuidado maior na escrita do texto.

Como já vimos em Barbosa (2010), o que não se altera nos dois períodos de veiculação de idéias através dos jornais é o fato de as informações serem sempre motivo de discussões entre a sociedade e, de os leitores preferirem as temáticas conflituosas. Sendo assim e, sabendo que **A Federação** pautava as conversas daqueles que liam o jornal e talvez influenciasse as idéias da população leitora, cabe aprofundarmos a questão do quanto a parcialidade era inerente a este periódico. Não haveria como ser diferente, já que abertamente o jornal pertencia ao governo republicano. Contudo, este fator poderia destoar do que se tinha em termos de jornalismo no país naquele período já que, segundo Barbosa (2010), a idéia nesta época era dar voz aos oprimidos, fiscalizando o poder público, já sem demonstrar enfaticamente as opiniões, diferente do que ocorre no periódico analisado, que

prima, antes de tudo, pelas idéias republicanas, as quais representa. Contudo, vimos nos estudos de Rüdiger, que, no Rio Grande do Sul, a situação era de fato diferenciada, já que existiam jornais que possuíam como foco a formação da opinião pública, através das idéias políticas transmitidas pelos textos. É deste contexto que se aproxima **A Federação**, que, embora não se limite a difundir as idéias políticas, publicando outras temáticas, tem, sempre na página principal, o enfoque na questão do partido e, principalmente, na guerra, difundindo sempre positivamente a atuação do grupo republicano.

As ações e combates da Revolução são veiculados constantemente através das páginas deste jornal, e os discursos adotam inúmeras expressões voltadas ao heroísmo dos combatentes, às ações em favor da pátria que, mesmo causadoras de destruições – nunca expostas em detalhes pelos textos –, eram caracterizadas como gloriosas, sendo a guerra, quando lutada em nome do Estado e, principalmente dos ideais da República, considerada pelos redatores como sagrada. Os textos apontam para uma naturalização e aceitação da guerra, apresentada como elemento crucial para a solução de conflitos. Num contexto em que essa era uma regra geral, haja vista outras revoluções ocorridas no Brasil na época, não é de estranhar o texto elogioso para as lutas e postura corajosa dos combatentes.

Ainda é possível verificarmos a forma como se constrói a memória social a partir destes veículos que, neste sentido, se aproximam muito. O período mais problemático para se concretizar a objetividade no jornalismo é aquele permeado por guerras, segundo Stephen Cviic (2003), um dos repórteres que realizou a cobertura da guerra do Iraque. E o primeiro problema em ser objetivo, segundo ele, é ter acesso às fontes e visualizar as situações dos dois lados. Sendo assim, entendemos que os jornais **O Povo** e **A Federação** não ansiavam por serem objetivos já que não possuíam a pretensão de demonstrar duas ou mais versões, mas exclusivamente aquele que apoiavam, já que ambos se tratavam de jornais que representaram o governo, em cada uma das revoluções. Outrossim, o modo de fazer jornalismo naquele período era diferente do que temos hoje. Noções relacionadas a critérios de noticiabilidade, *lead*, acesso a fontes de informação, por exemplo, surgiram depois e, portanto, não podemos avaliar os jornais da época a partir destes elementos, por exemplo.

Quando falamos de **O Povo,** esta constatação é notória, já que os jornais daquele período inclusive pretendiam-se opinativos. Todavia, já em 1880, a realidade dos jornais passa a ser outra, e, conforme cita Barbosa (2010), esta é uma fase em que a imprensa começou a primar pela neutralidade, representando o pensamento social, identificando, através de suas

páginas impressas, a "verdade absoluta" (BARBOSA, 2010, p. 131). Não é o que **A Federação** pretende. Aliás, falar em verdade absoluta em jornalismo é utopia, tendo em vista que cada jornalista possui a sua versão da verdade e a transmite, de diferentes maneiras, perfazendo este diferencial até mesmo na hora da escolha das palavras a serem utilizadas, fontes a serem entrevistadas e outros tantos fatores. Contudo, essas construções e discordâncias acerca de imparcialidade surgem depois das publicações analisadas. Assim, percebemos uma abordagem que eleva as revoluções como sagradas, os combatentes como heróis, o Estado do Rio Grande do Sul como glorioso e superior aos demais e, o seu partido, como supremo. Há exaltações a tudo o que se refere aos interesses do governo que sustem cada um dos periódicos.

Ao relembrarmos o que apresenta Hartman (2000) acerca da memória, veremos que se a construção da memória se dá enquanto experiência, ou seja, ao ler as páginas de **O Povo** e **A Federação** e notar a representação das revoluções através deste discurso, percebemos que mais do que simplesmente tomar conhecimento, o leitor poderá, de alguma maneira, vivenciar aquela situação e, a partir disso, desenvolver seu senso crítico. Mas isso hoje, ao verificar o sentido dos textos quase dois séculos depois, já que na época questionar a guerra e a violência não era comum. Observar a memória das duas revoluções por meio dos escritos dos jornais é, por isso, uma forma de compreender as ideologias e valores de um tempo que debater idéias era secundário em relação ao lutar fisicamente para torná-las aceitas. Analisar os jornais é ainda um meio para contrapor diferentes memórias sobre os mesmos eventos, uma vez que existem produções artísticas sobre a Revolução Farroupilha e a Revolução Federalista que permitem um olhar a contraponto, tal como apontam fotografias, filmes e textos literários que tematizam esses dois eventos históricos.

Apesar do questionamento que hoje podemos construir sobre os discursos dos dois jornais, é importante destacar que, segundo a perspectiva abordada por Barbosa (2010, p. 132), "ao construírem identidades, os periódicos referendam idéias que são correntes entre escritores, jornalistas e demais intelectuais [...] há a transformação dessas idéias em documentos-memória". Nos jornais analisados, jornalistas, articulistas, líderes, escritores esporádicos, todos compactuavam uma mesma ideologia e a difundiam através de discursos que se complementavam ou, pelo menos, equivaliam-se na questão das opiniões. Mesmo que seus discursos não possam ser reconhecidos como pertinentes ou adequados hoje, considerando-se, por exemplo, conceito de humanização e liberdade – os quais eram abordados com conotações diferentes das que temos hoje –, a memória desses textos sobre os eventos merece ser estudada. Isso porque, entre outras razões,

está o fato de esses textos também indicarem um modo de pensar no tempo e de atribuir valor a ações e políticas para alcance do poder num país em que este parece ser o grande objetivo de grupo políticos.

Se as guerras e a violência engendrada por elas pautaram os jornais por se tratarem dos principais acontecimentos de cada uma das épocas, é correto, inclusive de acordo com os critérios de noticiabilidade, que estas matérias fossem difundidas amplamente e, portanto, ambos os jornais cumpriram um importante papel histórico. A repetição destas informações congruentes articula a formação da memória social do seu tempo e, uma vez documentados, resguardam esta memória para as gerações posteriores. Entretanto, a memória perpassada não difunde uma visão crítica sobre a guerra. Esta pode ser construída hoje com base na análise desses documentos históricos que permitem voltar ao passado para melhor compreendê-lo e, por que não, tentar evitar a retomada ou a revigoração de ideologias que tratam a guerra e a violência como algo natural e que assinalam o quanto a barbárie se impôs em nosso processo social.

REFERÊNCIAS

ANEDOCTA interessante. *O Povo***,** Caçapava, p. 4, n. 576, 1840.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*: Brasil, 1800 – 1900. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CVIIC. Stephen. Objetividade e reportagem de guerra. In: OGIER, Thierry; GOYZUETA, Verónica (Org.). *Guerra e imprensa*: Um olhar crítico da cobertura da guerra do Iraque. São Paulo: Summus, 2003.

EM NOME da lei. *A Federação***,** Porto Alegre, p. 1, 29 ago 1895.

EXTERIOR. *O Povo***,** Caçapava, p. 2, 24 ago 1839.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em Tempos de Violência.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2006.

HARTMAN, Geoffrey. Holocausto, testemunho, arte e trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação.* São Paulo: Escuta, 2000.

HORRORES inauditos. *A Federação.* Porto Alegre, p. 1, 1 abr. 1893.

MANIFESTO do Presidente da República Rio-Grandense em Nome de seus Constituintes. *O Povo,* Piratini, p. 1, 05 set. 1838.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. *Projeto História***,** São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria12.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

ORDEM do dia. *A Federação,* Porto Alegre, p. 1, 1 abr. 1893.

PAZ DOMESTICA: Exterior: O Nacional Monte Video, Novembro 11 de 1838. *O Povo,* Piratini, p. 1, 05 dez. 1838.

PEDRAS Brancas. *O Povo,* Piratini, p. 4, 22 set. 1838.

PESAVENTO, Sandra. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PROSPECTO. *O Povo***,** Piratini, p. 1, 1 set. 1838.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 1993.

SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha**.** *Revista de História,* n. 147, p. 189-209, 2002. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18947/21010>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VIVA a Republica. *A Federação***,** Porto Alegre, p.1, 06 maio 1893.

10º BOLETIM de Caçapava. *O Povo,* Caçapava, p. 1, 08 abr. 1840.